

# RELATÓRIO

## V SEMINÁRIO DOS POVOS INDÍGENAS DA BACIA DO SÃO FRANCISCO

15 a 16 de setembro de 2023

Paulo Afonso/BA





# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>4</b>
<b>PROGRAMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO EVENTO.....</b>	<b>5</b>
<b>RESUMO DAS APRESENTAÇÕES.....</b>	<b>6</b>
<b>SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS.....</b>	<b>10</b>
<b>ANEXO FOTOGRÁFICO .....</b>	<b>18</b>



## APRESENTAÇÃO

O Seminário dos Povos Indígenas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco é uma iniciativa do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF. Esse evento, já consolidado no calendário de ações do CBHSF, nasce da necessidade de dar a merecida visibilidade aos Povos Indígenas, além de agregar conhecimento e levantar as necessidades e demandas desses povos ao longo da sua bacia hidrográfica.

Considerando a necessidade permanente pela busca de melhorias da qualidade ambiental e de vida de suas populações, esse evento foi de fundamental importância, uma vez que reuniu lideranças indígenas da maioria dos povos presentes na bacia, além de outras autoridades, o que proporcionou um amplo debate acerca da situação atual dos povos, discutindo temas relevantes relacionados ao marco temporal, a demarcação de territórios, saúde e educação indígenas, políticas públicas voltadas a essas populações, dentre outros.

O evento foi realizado no município de Paulo Afonso/BA, entre os dias 15 e 16 de setembro de 2023, e teve um público aproximado de 350 pessoas. Abaixo, um panorama da realização das edições anteriores:

I Seminário dos Povos Indígenas – 2011, local: Aldeia Tingui-Botó, Feira Grande/AL, público aproximado: 200 pessoas;

II Seminário dos Povos Indígenas – 2012, local: Petrolândia/PE, público aproximado: 180 pessoas;

III Seminário dos Povos Indígenas – 2014, local: Aldeia Barra Velha, Porto Seguro/BA, público aproximado: 130 pessoas;

IV Seminário dos Povos Indígenas – 2016, local: Paulo Afonso/BA, público aproximado: 150 pessoas.



## METODOLOGIA

Idealizado para ocorrer periodicamente, já foram realizadas cinco edições do evento, sendo a V Edição realizada após uma pausa obrigatória em decorrências da epidemia da COVID-19. O evento voltou a ser realizado em 2023, após a realização do pleito por parte da Câmara Técnica de Comunidades Tradicionais – CTCT do CBHSF.

Os trabalhos para a realização do V Seminário dos Povos Indígenas se iniciaram ainda no início de 2023, através de reuniões da CTCT, onde houve um compromisso por parte de seus integrantes no que diz respeito a mobilização necessária para participação de todas as lideranças e/ou representantes das etnias localizadas nas quatro regiões fisiográficas da Bacia do rio São Francisco (alto, médio, submédio e baixo São Francisco).

Após as indicações das lideranças indígenas, a Agência Peixe Vivo - APV, responsável pela operacionalização do evento, encarregou-se de entrar em contato com os representantes indicados para participação no evento, além de contactar outras autoridades e palestrantes que faziam parte da programação. É importante destacar que o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco foi o responsável pelo financiamento do evento (pagamento de diárias e deslocamento dos 70 participantes indicados, além de toda a estrutura necessária), com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. A Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI também financiou a participação de outras 70 lideranças da bacia, sendo fundamental para viabilizar a participação de representantes de outras etnias, não contempladas com recursos do CBHSF. Também merece destaque a cessão do auditório para a realização do evento, de forma gratuita, por parte do Centro Universitário do Rio São Francisco – UniRios.

O evento foi organizado para ser realizado em dois dias, havendo palestras e mesas redondas no 1º dia e uma oficina prática no 2º dia (vide programação abaixo), onde os participantes foram divididos por região fisiográfica para discussões e elaboração de suas demandas, que

posteriormente deverão ser encaminhadas para o próprio CBHSF e representantes do Poder Público.

## PROGRAMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO EVENTO



Figura 1. Material de divulgação em redes sociais



Figura 2. Programação do evento



## **RESUMO DAS APRESENTAÇÕES**

**DIA 15 DE SETEMBRO**

### **Mesa de abertura: boas-vindas e Toré**

**Mediador: Uilton Tuxá**

O mediador do evento e Coordenador da CTCT do CBHSF, fez a abertura do evento, deu as boas-vindas a todos os presentes e falou da importância e das expectativas para o evento. Em seguida, fez menção aos representantes das instituições que se fizeram presentes, aos membros da Diretoria Colegiada do CBHSF, autoridades presentes, saudou as diversas liderança indígenas e outros parceiros. Em seguida, passou a palavra ao Presidente do CBHSF, Sr. José Maciel Nunes de Oliveira, que destacou a importância de se ter um espaço democrático e participativo de discussão, onde o CBHSF possa ouvir as demandas dos Povos Indígenas e discutir temas relevantes dentro desse contexto. Saudou a presença de representantes do Ministério dos Povos Indígenas, na pessoa da Ministra Sônia Guajajara, da FUNAI, na pessoa da Presidente Joênia Wapichana, além de destacar a presença de representantes do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA, da Secretaria de Saúde Indígena - SESAI, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - FBMC, do Ministério Público do estado da Bahia – MP/BA, além de instituições de ensino e pesquisa. Após isso, o V Seminário dos Povos Indígenas prestou homenagens a Cacica Antônia Flechiá Tuxá (homenagem póstuma), destacando a sua incansável luta pelos direitos dos Povos Indígenas, e ao Cacique Yssô Truká, primeiro indígena membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Encerrando o momento de abertura, houve apresentação do ritual Toré.



## **Análise da conjuntura política nacional**

**Palestrantes: Cacique Yssô Truká e Marcos Avilquis Campos**

Os palestrantes debateram com o público e fizeram uma análise acerca das dificuldades históricas relacionadas a elaboração de políticas públicas voltadas para os Povos Indígenas do Brasil. Foram debatidos assuntos relacionados a Política Nacional de Gestão Territorial, o Marco Temporal, o PL 1459/2022, Educação Indígena, dentre outros temas relevantes.

## **Mesa temática: Gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas e Mudanças climáticas**


**Mediador: Cacique Yssô Truká**

O cacique Yssô Truká conduziu o debate e afirmou que o V Seminário dos Povos Indígenas é um momento importante para a luta indígena. Disse: “Os povos indígenas deram um show de interação e conhecimento” e que é importante valorizar nossos representantes que estão no Comitê, nas Câmaras Técnicas, porque aqui temos espaço de fala, planejamento e projeção”. Também participaram da mesa temática: Luciana Khoury, Promotora de Justiça do estado da Bahia (MPE/BA); Alexandre Pires, Diretor de combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e Haroldo Almeida, do Fórum Brasileiro de Mudanças do Clima (FCMC).

## **Mesa Temática: Conjuntura da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Saneamento, Recursos Hídricos e Saúde Indígena.**

**Mediadora: Cacica Cícera Pankará**

A Cacica Cícera Pankará iniciou a mesa falando sobre a importância do evento para os Povos Indígenas e passou a palavra para o Presidente do CBHSF, o Sr. José Maciel Nunes de Oliveira. O debate teve foco na questão da precária infraestrutura de saneamento básico nas comunidades indígenas e, principalmente, na dificuldade de acesso a água por essas comunidades. O presidente do CBHSF destacou as ações realizadas pelo Comitê nas




comunidades indígenas ao longo dos anos e que esse trabalho se tornou pauta prioritária a partir da criação da Câmara Técnica de Comunidades Tradicionais – CTCT. Lembrou também o investimento realizado pelo CBHSF nos últimos anos, com recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, onde foram investidos mais de R\$ 15 milhões visando melhorias na qualidade de água a ser disponibilizada às comunidades e a consequente melhoria na saúde dessas populações. Citou os sistemas de abastecimento de água do povo Pankará, em Itacuruba/PE e do povo Kariri Xocó, em Porto Real do Colégio/AL, além da construção do Campus Avançado de Formação e Pesquisa para Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Camponeses, que terá sede em Jeremoabo (BA), em uma parceria do CBHSF com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Também participaram do debate: Luciano Menezes Cardoso da Silva e Alexandre Abdalla Araújo, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); Ceiza Pitaguary, Secretária de Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial do Ministério dos Povos Indígenas (MPI); Iara Bueno Giacomini, Diretora de Revitalização de Bacia Hidrográfica e Acesso à Água e Usos Múltiplos do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e Rômulo Henrique da Cruz, da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/Ministério da Saúde).

**Palestra: “Os desafios da Gestão Territorial nas Terras Indígenas”**

**Palestrantes: Joênia Wapichana, Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e Sônia Guajajara, Ministra de Estado do Ministério dos Povos Indígenas (MPI).**

Joênia Wapichana frisou a importância de reafirmar o compromisso de fortalecer a atuação da FUNAI como instituição membro do CBHSF, de forma que possa ter uma participação mais propositiva. Disse que em uma possível parceria com a FUNAI, é possível que se desenvolvam várias ações que possam melhorar a condição de vida dos Povos Indígenas que vivem na região da Bacia Hidrográfica de São Francisco. Destacou que é muito importante estarmos discutindo o tema da gestão territorial para que possamos incorporá-lo dentro de políticas públicas consolidadas. Complementou afirmando que ainda existem






muitos desafios, como por exemplo, o PL 2903/2023, Marco Temporal. Disse ainda que “a luta não vai ser fácil, mas desistir jamais”.

Em seguida, falou sobre o desafio, ainda a ser superado, que é o do saneamento básico nas aldeias e a promoção do acesso aos recursos hídricos, com perspectiva de água potável para as comunidades. Afirmou que a FUNAI possui a Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), que pode desenvolver ações compartilhadas com o CBHSF. Explicou que a política possui dois eixos que dialogam diretamente com a temática de recursos hídricos: o Eixo 1, de proteção territorial e dos recursos naturais e o Eixo II, de governança e participação indígena. Joênia Wapichana lembrou aos presentes que, no território da Bacia Hidrográfica, existem 33 Povos Indígenas, 140 organizações sociais e diversos territórios indígenas que já colaboram de forma voluntária para a preservação dos ecossistemas existentes na bacia, fato que precisa ser valorizado. Disse também que ações conjuntas e concretas de apoio à preservação e à conservação dos ecossistemas da bacia devem ser pensadas, assim como estratégias de desenvolvimento sustentável para que as comunidades indígenas possam continuar prestando serviço ambiental, mas que também possam ter melhores condições de vida. Por fim, citou que “A luta dos povos indígenas é a luta e obrigação da FUNAI”.

Devido a um imprevisto, a Ministra Sônia Guajajara não participou da mesa no período da manhã, tendo participado do evento no período da tarde, encerrando o 1º dia. Destacou os desafios em relação à emergência climática e lembrou que a solução passa pelos Povos Indígenas. Disse: “o último dia 13 foi apontado como o dia mais quente do ano no Brasil e a gente precisa, a toda hora, explicar o óbvio: que as terras indígenas são as mais preservadas, que onde tem indígena é certeza de biodiversidade conservada, água limpa, e que o que está protegido serve para todos. Isso significa que as terras indígenas são necessárias para conter a crise climática sentida primeiro por nós, que somos diretamente ligados à terra e à água. Se não mudarmos a postura, o ano de 2030 é o ponto de não retorno e essa crise se tornará irreversível, como mostram diversos estudos. Nossos antepassados já falavam que os recursos são finitos e seu uso desenfreado ocasionaria esse caos. Falar disso é entender que



proteger as bacias hidrográficas é proteger as pessoas, as nascentes e o meio ambiente como um todo”.


#### **DIA 16 DE SETEMBRO**

Inicialmente, foi realizada a divisão dos grupos por região fisiográfica para a realização dos trabalhos. Ao todo, foram feitos três grupos (baixo, submédio e médio São Francisco), em virtude da ausência de lideranças dos povos da região do alto SF. O Cacique Gilvan Tuxi, do estado de Pernambuco, disse ser importante os trabalhos em grupo e que esses devem se atentar para que os anseios e as demandas de todas as comunidades sejam considerados nas discussões.

Logo após os trabalhos em grupos, foram apresentadas, por representantes de cada grupo, as sínteses das demandas de cada região fisiográfica. Em síntese, as demandas discutidas durante o evento, estão listadas abaixo:


#### **SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS**


Nós, Povos Indígenas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, presentes nos estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe, e reunidos durante o V Seminário dos Povos Indígenas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, realizado durante os dias 15 e 16 de setembro na cidade de Paulo Afonso/BA, vimos por meio deste, solicitar às seguintes instituições: Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI, Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, Ministério da Educação – MEC, Ministério da Saúde – MS, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR, Ministério da Cultura – MINC, Ministério do Desenvolvimento e



Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS, Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJ, Ministério das Cidades – MC, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério das Minas e Energia, Ministério do Esporte, Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério das Mulheres, Ministério das Comunicações, Ministério da Defesa, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDH, Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério dos Transportes, Ministério do Turismo, Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Previdência Social, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, Governos dos estados que compõe a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco entre outras instâncias do Poder Público, além da Diretoria Colegiada do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – DIREC/CBHSF, a devida atenção e providências para as seguintes demandas:


1. Garantir a recuperação e o reflorestamento de matas ciliares e áreas degradadas ao longo da bacia hidrográfica como um todo, especialmente nos biomas Caatinga e Cerrado;
2. Garantir a recuperação e proteção das nascentes e rios inseridos em terras indígenas;
3. Promover projetos de irrigação e manutenção visando o fortalecimento da agricultura familiar com base na agroecologia, priorizando os povos indígenas;
4. Garantir a construção de cercas periféricas e placas de identificação em áreas com projetos do CBHSF, no intuito de proteger e identificar os territórios indígenas, considerando a especificidade de cada povo;
5. Articular com outras instituições o fornecimento de mudas de árvores frutíferas, insumos e orientações técnicas de cultivo e produção;
6. Providenciar a disponibilização de viveiros e assistência técnica para as comunidades indígenas interessadas (Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar);
7. Destinar recursos orçamentários e financeiros para implantação de viveiros de mudas de plantas nativas para o replantio e recuperação das matas ciliares, respeitando as especificidades dos microbiomas;


- 
8. Fomentar e fortalecer políticas públicas de saneamento básico, como forma de evitar o lançamento do esgoto *in natura* nos mananciais, assim, diminuindo a degradação e proporcionando melhorias de saúde para as comunidades.
  9. Garantir a articulação junto ao órgão oficial indigenista para proporcionar a identificação territorial, instituindo grupos de trabalho (GTs) para reconhecimento étnico, respeitando a especificidade de cada povo, assim como sua organização sociocultural e política;
  10. Garantir a articulação com os órgãos gestores de políticas indígenas (regularização fundiária) para assegurar o direito pleno de usufruto das suas terras, em áreas de grandes empreendimentos ou de conflitos internos e/ou sociais, considerando as especificidades de cada povo que vive em territórios ainda não regularizados, aquisição e ampliação territorial, priorizando os Povos Indígenas que possuem terras insuficientes para seu pleno desenvolvimento;
  11. Destinar recursos para projetos de desenvolvimento sustentável em comunidades indígenas, com a utilização de energia solar;
  12. Implantar uma rede de comunicação entre os órgãos responsáveis e comunidades, com pontos focais na própria comunidade;
  13. Promover a recuperação ambiental da calha do rio São Francisco e todos os seus afluentes e realizar uma fiscalização rigorosa para sua manutenção;
  14. O CBHSF deve incentivar o reflorestamento das margens do rio com espécies nativas medicinais, aromáticas ritualísticas e frutíferas, com a parceria de institutos que possuem expertise para a realização dos trabalhos (referência, projeto Sabiá no estado de Pernambuco);
  15. O CBHSF deve articular com o MDA no intuito de fomentar alternativas seguras, assegurando as safras, com base na produção orgânica e agroecológica, além de fomentar a transição para o uso de bioinsumos e retomar as discussões sobre o PRONARA (Programa Nacional de Redução dos Agrotóxicos), promovendo um processo de conscientização da agricultura orgânica, respeitando a especificidade de cada povo;
  16. Garantir a consulta livre, prévia, informada e de boa-fé, conforme a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e articular a




reparação de impactos dos grandes empreendimentos já instaurados, buscando as garantias das políticas públicas de direitos para os Povos Indígenas;

17. Promover o uso de energia solar nas aldeias indígenas, diminuindo a demanda de energia de fontes hidrelétricas, respeitando a especificidade de cada povo, assim como, a organização sociocultural e política, considerando ainda as áreas desertificadas;
18. Criar uma Comissão Técnica, preferencialmente composta por indígenas, para acompanhar o processo de revitalização do rio São Francisco;
19. Garantir o uso de energias renováveis para a autossuficiência energética dos territórios indígenas, respeitando o ambiente e a comunidade, conforme a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
20. Promover a fiscalização das retiradas ilegais de água por produtores rurais, com consumo indevido em detrimento das minorias, tanto de canais como de aquíferos subterrâneos;
21. O CBHSF deve assegurar mecanismos que possibilitem a regulamentação da gratuidade e/ou dispensa de outorgas de uso de recursos hídricos para os Povos Indígenas, para a utilização nos cultivos e criatórios de pescados;
22. Promover a fiscalização da exploração dos aquíferos subterrâneos de áreas indígenas e de seu entorno;
23. Investigar e estabelecer critérios apropriados e legais que respeitem as condições socioambientais e culturais da bacia para a concessão das outorgas para piscicultores em especial de pequeno e médio porte;
24. Promover a recuperação ambiental da calha do rio São Francisco e todos os seus afluentes e realizar uma fiscalização rigorosa para sua manutenção;
25. Repovoar espécies de peixes nativos da bacia do rio São Francisco;
26. O CBHSF deve articular com o MDA e os órgãos de controle externo, para a realização do combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos na bacia hidrográfica rio do São Francisco;
27. Articular parcerias com órgãos responsáveis para realização de assistência técnica de interesse das comunidades indígenas;
28. Promover a recuperação das nascentes e de áreas degradadas nas terras indígenas;

- 
29. O CBHSF deve assegurar mecanismos que possibilitem a regulamentação da gratuidade e/ou dispensa de outorgas de uso de recursos hídricos para os Povos Indígenas, para a utilização nos cultivos e criatórios de pescados;
  30. Criar programas com mecanismos para a manutenção dos plantios em áreas de mata ciliar, como também em outras localidades dos territórios;
  31. Mapear territórios indígenas que receberam ou não projetos do CBHSF (com registro de suas necessidades);
  32. O CBHSF deve articular mecanismos que possibilitem a gratuidade e a celeridade das outorgas de águas, para a utilização nos cultivos e criatórios de pescados de piscicultores indígenas;
  33. Ampliar projetos de irrigação, para adequar-se as normas que regulamentam as Áreas de Proteção Permanentes - APPs;
  34. O CBHSF deve articular junto aos órgãos de fiscalização, ações contra a pesca predatória com a utilização de arpão na bacia hidrográfica do rio São Francisco;
  35. Empoderar planos estratégicos, avaliar o que já foi realizado, além de reafirmar as necessidades imediatas do rio São Francisco;
  36. O CBHSF deve acionar a Fiscalização Preventiva e Integrada na bacia do São Francisco – FPI e promover diálogos de interesses dos Povos Indígenas e não indígenas, de modo a garantir os direitos e demandas desses povos;
  37. Ampliar recursos oriundos da cobrança pelo uso das águas para atender demandas específicas dos Povos Indígenas.
  38. Que a União torne a bacia do rio São Francisco um território étnico ambiental;
  39. Garantir o sistema integrado de saneamento ambiental nas Terras Indígenas às margens do Rio São Francisco e em seus afluentes.
  40. O CBHSF, em parceria com instituições do Poder Público Federal, deve criar um programa permanente de gestão ambiental e recursos hídricos nos territórios indígenas da bacia, pactuando com a sociedade, no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, em conformidade com o art. 4º do eixo I, bem como a formação de novas turmas pelas Universidades, de indígenas para atuar na PNGATI;

- 
41. Garantir recursos financeiros para a realização de oficinas de formação continuada, respeitando as especificidades socioculturais dos Povos Indígenas, de acordo com temas específicos relacionados a bacia hidrográfica do São Francisco;
  42. Desenvolver mecanismos de fiscalização, monitoramento e avaliação do desmatamento desordenado na calha do rio São Francisco e em toda a sua bacia hidrográfica;
  43. Desenvolver programa específico de georreferenciamento para monitoramento e avaliação do desmatamento desordenado na calha do Rio São Francisco e em toda a bacia hidrográfica, com a utilização de recursos/equipamentos tecnológicos que se fizerem necessários;
  44. Que o CBHSF encaminhe para os órgãos gestores dos estados que compõem a bacia hidrográfica do São Francisco a demanda de incorporar à gestão dos aquíferos sob suas áreas dominiais, contemplando, disciplinando, monitorando e fiscalizando as outorgas, de acordo com os delineamentos postos no plano de bacia;
  45. Que o CBHSF se atualize junto a Eletronuclear/Eletróbrás, a respeito de possíveis construções de Usinas Nucleares na bacia do São Francisco, como por exemplo, a Central Nuclear do Nordeste e se posicione de forma contrária a instalação desses empreendimentos;
  46. Que a União e o CBHSF garantam o Pagamento por Serviços Ambientais nas Terras Indígenas às margens do rio São Francisco;
  47. Garantir a articulação do CBHSF com o Poder Público para a regularização das Terras Indígenas como estratégia de gestão socioambiental da bacia do rio São Francisco;
  48. Priorizar recursos orçamentários e financeiros do CBHSF, para garantir a recuperação dos pequenos cursos d'água, nascentes, rios perenes e intermitentes nas Terras Indígenas;
  49. Promover o processo de conscientização da agroecologia e agricultura orgânica, respeitando as especificidades de cada Povo;
  50. Que o CBHSF verifique junto aos órgãos gestores dos estados que compõem a sua bacia hidrográfica se há necessidade de incorporar a perfuração de poços à gestão dos aquíferos sob suas áreas dominiais, contemplando,



disciplinando, monitorando e fiscalizando as outorgas, de acordo com os delineamentos postos no plano de bacia;

51. Reconhecer o rio São Francisco e seus afluentes como sujeito de Direito;
52. O CBHSF deve promover o debate sobre o tema de usinas nucleares, barragens e usinas hidroelétricas em toda a bacia hidrográfica do rio São Francisco e deliberar um posicionamento formal sobre a questão. A exemplo: (Central Nuclear do Nordeste), se posicionando de forma contrária as suas instalações.





**Mais informações em:**

**V Seminário dos Povos Indígenas da BHSF superou expectativas e reuniu mais de 300 lideranças**

<https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/novidades/v-seminario-dos-povos-indigenas-da-bacia-do-sao-francisco-superou-expectativas-e-reuniu-mais-de-300-liderancas/>

**V Seminário dos Povos Indígenas é tema do episódio de hoje do podcast Travessia**

<https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/novidades/v-seminario-dos-povos-indigenas-e-tema-do-episodio-de-hoje-do-podcast-travessia/>

**Saiba todos os detalhes sobre o V Seminário dos Povos Indígenas da BHSF no novo vídeo publicado no Canal do CBHSF**

<https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/novidades/saiba-todos-os-detalhes-sobre-o-v-seminario-dos-povos-indigenas-da-bacia-do-sao-francisco-no-novo-video-publicado-no-canal-do-cbhsf/>

## ANEXO FOTOGRÁFICO

### HOMENAGENS REALIZADAS



Figura 3. Homenagem póstuma a Cacica Antônia Flechiá Tuxá



Figura 4. Homenagem ao Cacique Yssô Truká.

## ANEXO FOTOGRÁFICO

REGISTROS DO DIA 15/09/2023



Figura 5. Mesa temática Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas e Mudanças Climáticas. Da esquerda para a direita: Cacique Yssô Truká, Haroldo Almeida (FBMC), Alexandre Pires (MMA), Luciana Khoury (MPE/BA) e Maciel Oliveira (CBHSF)



Figura 6. Vista do público presente



Figura 7. José Maciel de Oliveira, Presidente do CBHSF, em sua apresentação



Figura 8. Mesa temática Conjuntura da bacia hidrográfica do rio São Francisco, Saneamento, Recursos Hídricos e Saúde Indígena. Da esquerda para a direita: Rômulo Henrique da Cruz (SESAI), Alexandre Abdalla Araújo (ANA), Luciano Menezes Cardoso da Silva (ANA), Ministra Sônia Guajajara (MPI), Joênia Wapichana (Presidente da FUNAI), Ceiza Pitaguary (MPI) e Iara Bueno Giacomini (MMA)



Figura 9. Preparação das lideranças indígenas para início do ritual do Toré



Figura 10. Credenciamento dos participantes

## ANEXO FOTOGRÁFICO

REGISTROS DO DIA 16/09/2023



Figura 11. Grupo de trabalho reunido para a proposição de demandas



Figura 12. Vista geral do público presente



Figura 13. Diretoria Colegiada do CBHSF e representante do MMA. Da esquerda para a direita: Ednaldo Campos, Cláudio Ademar da Silva, José Maciel de Oliveira, Altino Rodrigues e Iara Bueno Giacomini

**Mais imagens do evento podem ser visualizadas no link abaixo:**

**<https://www.flickr.com/photos/cbhriosaofrancisco/albums/72177720311283075/>**